



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 7ª Região, localizada na Rua José Soares Sobrinho, n.º 119, Le Monde Empresarial, sala 205, Jatiúca, Macéio/Al, criado pela Lei Federal n.º 7.394 de 29 de outubro de 1985 e Decreto n.º 92.790 de 17 de junho de 1986, vinculado ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia, dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como uma Autarquia Federal, que tem como finalidade registrar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das técnicas radiológicas, como também, desempenhar atividades, destinadas a verificar as condições de capacidade para o exercício profissional legalmente habilitado. Conselho em processo de incorporação a partir de janeiro/2020.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis apresentadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, bem como em observância as normas internacionais e aos Princípios Contábeis aceitos, tendo em vista a utilização do Programa Byte Serviços de Informática.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 1 – Conta Contábil Caixa Sede Realizados lançamentos referente a estorno de arrecadações de anuidades no valor R\$ 1.137,21 e cotas repasse no valor R\$ 346,03, alocado indevidamente na conta caixa sede pelo sistema Byte, meses de maio, junho, julho e setembro. NOTA 2 – Conta Contábil Banco Caixa Econômica 212-6 e Banco do Brasil 24484-8 Contas utilizadas para registro dos pagamentos efetuados pelo CNPJ da 8ª Região. NOTA 3 – Conta Contábil Anuidades Realizado lançamento para atualização da dívida ativa saldo de origem ano 2019 no valor R\$ 14.605,46. NOTA 4 – Conta Contábil Cota Parte Indevida a Receber do Conter Saldo no valor R\$ 920,00 de origem ano 2018 a ser devolvido pelo Conter. NOTA 5 – Conta Contábil Ajuste de Perdas de Créditos Pessoa Física Saldo no valor R\$ 10.505,47 de origem ano 2018 ajustado devido ausência de documentos que comprove o registro correto do lançamento. NOTA 6 – Contas contábeis Responsáveis por Danos e Perdas e Multas e Juros Registro de juros e multa pagos pelo Regional de origem ano da intervenção 2019, devido ausência do pagamentos de impostos e envio de declarações federais não entregues, que deverá ser restituído pelo responsável causador do prejuízo conforme orientação do Conter. NOTA 7 – Conta Contábil Recolhimento Cosirf Registrado nesta conta valores oriundos de 2018 e 2019 referente a pagamentos de impostos federais com histórico de restos a pagar não processados. Realizado o ajuste dos lançamentos incorretos no valor R\$ 519,11. NOTA 8 – Contas contábeis Zampieri e Legislar Saldo referente caução na assinatura do contrato de aluguel das sedes das delegacias no valor total no valor total R\$ 9.050,00. NOTA 9 – Conta Contábil Dívida Ativa - Longo Prazo Saldo de origem referente a anos anteriores no valor R\$ 653.466,76 não atualizado devido ausência da realização do controle em anos anteriores. NOTA 10 – Conta Contábil Salários a Pagar Realizada rescisão de todos os colaboradores da 7ª Região em outubro/2020 devido processo de incorporação na 8ª Região. NOTA 11 – Conta Contábil INSS a Recolher Realizado ajuste em saldo origem 2019 no valor R\$ 10.198,65 devido registros incorretos de lançamentos. NOTA 12 – Conta Contábil Empréstimos CRTR 08 Saldo final de R\$ 7.615,92 em 31/12/2020. Conta utilizada para registros de pagamentos das despesas no CNPJ do CRTR 7ª Região, pagos pelo CRTR 8ª Região. Regional em processo de incorporação no CRTR 8ª Região. NOTA 13 – Conta Contábil Fornecedores Diversos Saldo ajustado referente a valores não baixados de anos anteriores no valor de R\$ 16.544,60. NOTA 14 – Conta Contábil Cota Parte a Enviar ao Conter Saldo de origem ano 2018. NOTA 15 – Doação Recebida do Conter Recebido do Conselho Federal de Técnicos em Radiologia -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conter a doação em dinheiro na data 20/10/20 no valor de R\$ 15.044,47 para pagamentos das rescisões de funcionários realizadas no mês de outubro.

3.1) Aplicações Financeiras

Realizada a contratação em agosto/2020 do serviço de aplicação financeira junto ao Banco do Brasil, sendo transferido para a conta de aplicação o valor inicial de \$52.874,12.

3.3) Imobilizado

O imobilizado foi demonstrado pelo custo de aquisição, ou de representação quando recebido em doação sendo considerados como custo todos os valores necessários para que o imobilizado estivesse à disposição da administração. As alíquotas de depreciação são deduzidas da depreciação acumulada e estão fundamentadas no tempo de utilização dos referidos bens, calculada através do método linear, em conformidade com portaria vigente no exercício apresentada pela Secretaria da Receita Federal. O registro das depreciações só foram lançados até o mês de junho/2020, pois o regional entrou no processo de planejamento da execução do levantamento de inventário.

3.4) Ajuste de avaliação patrimonial

O Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 7ª Região não realizou o reavaliação de todo o imobilizado do regional em 2020, devido a situação de pandemia em que se encontrava os estados e a finalização do processo de incorporação a 8ª Região. A avaliação ocorrerá em 2021.

3.5) Investimentos em Entidades coligadas e controladas

A Entidade não participa do capital social de outras sociedades

3.6) Tributação

A Entidade devido possuir natureza jurídica de autarquia federal é atribuída como forma tributação imune.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A entidade não adquiriu empréstimos e financiamentos em 2020.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da Entidade, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer naturezas. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o ganho definitivo ou quando couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

6) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros